

**ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia, servidores aposentados que estão hoje aqui prestigiando a nossa Sessão, fazendo uma manifestação democrática. Sejam bem-vindos! Esta é a Casa do Povo e nós vamos levar em conta as reivindicações de Vossas Senhorias. *“Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor Deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Três da Décima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 208/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 24 e 44/2023, da Câmara Municipal de Amambai; Ofícios nºs 215 e 216/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.515/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Mara Caseiro e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Lia Nogueira, Gerson Claro e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 56/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1/2023, de autoria do Ministério Público; Projeto de Lei nº 46/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos empresários Rodrigo Marques e Igor Rocha, proprietários do Olívia Rooftop, restaurante pioneiro em Mato Grosso do Sul, localizado no 14º andar da principal avenida de Campo Grande; requerimento de informações, de autoria do deputado Antonio Vaz; pedido de vista pelo deputado Marcio Fernandes dos requerimentos sob protocolos nºs 903 e 904/2023, de autoria do deputado João Henrique. Requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar da Avilcutura; requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar do Leite. Indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Renato Câmara, Professor Rinaldo, João Henrique, Antonio Vaz, João Mattogrosso, Jamilson Name, Zé*

Teixeira e Roberto Hashioka. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de março do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de março de 2023: Ofícios nºs 218 a 222/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Mara Caseiro, Antonio Vaz, Neno Razuk, João Mattogrosso, Coronel David, Pedro Kemp e Jamilson Name (Prot. sem número); Ofícios nºs 513 e 514/2023, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados Pedro Kemp e Jamilson Name (Prot. sem número). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, colegas. Bom dia, aposentados que se fazem presentes, sejam muito bem-vindos. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a implantação de sinalização e um sistema de controle de velocidade para veículos, próximo à rotatória da MS-180, no local conhecido como Bolichão, no município de Juti. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Elício Rocha Filho. Tenho também um projeto de lei, senhor presidente, que dispõe sobre diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal (AME), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - O estado de Mato Grosso do Sul implementará medidas eficazes para atendimento integral às pessoas com AME, que se pautarão no seguinte: I - sensibilizar os formuladores de políticas, secretarias de saúde, gestores de saúde e entidades hospitalares sobre as intervenções necessárias e disponíveis para oferecer tratamento e qualidade de vida para pessoas com AME no âmbito estadual; II - disponibilizar equipe treinada e atuante em, no mínimo, serviços especializados em pediatria (com neurologia), genética médica ou neurologia, nutrição e fisioterapia na rede pública e privada de saúde para atendimento de pessoas com AME; III - assegurar que a triagem neonatal realizada no estado de Mato Grosso do Sul incorpore a triagem neonatal para a AME. Artigo 2º - As diretrizes estabelecidas nesta lei devem observar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Atrofia Muscular Espinhal 5Q, tipos 1 e 2, aprovados pela Portaria

Conjunta nº 03, de 18 de janeiro de 2022 pelo Ministério da Saúde. Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Justificativa: Chegou até meu gabinete parlamentar um pedido de agentes políticos e de cidadãos que têm na família pessoas com AME. O requerimento me sensibilizou profundamente, e por isso peço licença para parcialmente transcrevê-lo: "Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência que se possível interceda junto à Secretaria de Estado de Saúde, para que seja realizada a adesão ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Atrofia Muscular Espinhal 5Q, tipos 1 e 2, aprovados pelo Ministério da Saúde, para o atendimento a crianças portadoras da síndrome AME. Em vista das dificuldades encontradas no tratamento, no cuidado e atendimento domiciliar pelos profissionais de saúde — como falta de aparelhagem, de profissionais em alguns municípios, e principalmente de profissionais com a capacitação para atender crianças com AME —, reivindicamos encarecidamente que o estado de Mato Grosso do Sul e os municípios que tenham pacientes com essa patologia possam aderir, mesmo que parcialmente, a esse protocolo, dando o atendimento necessário a essas crianças e a suas famílias, disponibilizando profissionais capacitados e aparelhagem conforme o Guia para Famílias e Profissionais elaborado pelo Instituto Nacional de Atrofia Muscular Espinhal (Iname). A Atrofia Muscular Espinhal (AME) é uma doença de ordem genética que causa fraqueza nos músculos que controlam o movimento e a respiração. A doença é progressiva, o que significa que os sintomas pioram com o tempo. A AME é causada pela degeneração progressiva dos neurônios motores da medula espinhal e dos núcleos motores de nervos cranianos. Os neurônios motores são as células que controlam atividades musculares essenciais como andar, falar, engolir e respirar. A pessoa nasce com todos os neurônios motores que terá durante toda a vida; mas neurônios motores são células que não se regeneram, logo, quando morrem, não se desenvolvem novamente. A AME é uma doença rara que afeta um a cada onze mil nascimentos, sendo a principal causa genética de morte infantil. A AME é uma condição complexa; o indivíduo com AME é o centro dos cuidados da família, e a família é um dos principais alicerces para que ele tenha uma boa qualidade de vida. Além da família e do tratamento medicamentoso, o cuidado multidisciplinar é parte fundamental desse processo. Somente com esses três pilares é possível potencializar os resultados e obter a melhor qualidade de vida para esses pacientes". Portanto, em razão da complexidade da doença, do surgimento de novos tratamentos capazes de mudar a história natural, de oferecer esperança para muitas famílias sul-mato-grossenses, é que apresento esse projeto, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o atendimento integral às pessoas com AME. Senhor presidente, nós precisamos realmente nos debruçar sobre esse projeto, o estado precisa entender a importância de trazer atendimento especializado para os pacientes com AME, principalmente para dar um alento às famílias, oferecendo na rede pública de saúde. É o que tinha. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, encaminho um projeto de lei que declara o evento "Marcha para Jesus" patrimônio

cultural de natureza imaterial do estado de Mato Grosso do Sul. Apenas esse encaminhamento, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Vou apresentar três indicações. A primeira vai para o senhor Pedro Caravina e para os senhores deputados e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado, solicitando uma ação conjunta com gestão e destinação de recursos da União a serem investidos na pavimentação asfáltica da estrada municipal conhecida como Travessão do Castelo, via que integra o prolongamento da avenida Marcelino Pires, no perímetro norte do município de Dourados. A segunda indicação é endereçada ao senhor Marcelo Dias Monteiro, solicitando em caráter de urgência medidas que solucionem o problema da baixa qualidade no fornecimento de energia elétrica do distrito de Nova Casa Verde, com a ampliação da capacidade energética (instalação de mais transformadores no município de Nova Andradina). Por último, registro uma indicação endereçada ao senhor Pedro Caravina, solicitando o aumento do efetivo da Polícia Militar no município de Caarapó. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres colegas. Trago hoje um requerimento endereçado ao governador Eduardo Riedel, para tratar da questão de segurança nas escolas de Mato Grosso do Sul. Todo mundo acompanhou a tragédia que aconteceu ontem em São Paulo; o governo de Mato Grosso do Sul precisa dar uma resposta, não podemos esperar que aconteça aqui o mesmo que aconteceu em São Paulo. Daí que tivemos a ideia de requerer um estudo acerca da utilização dos praças aposentados da Polícia Militar nas escolas do estado; dessa forma conseguiríamos garantir uma segurança armada e com o menor custo possível para a máquina pública; conseguiríamos proteger as nossas crianças. Nós temos aí segurança armada para proteger o nosso dinheiro, nos bancos, e não temos segurança armada para proteger nossas crianças nas escolas?!... Eu acho que esse não é o caminho certo. Por isso estamos requerendo esse estudo ao governador; com essa medida, com certeza vamos nos antecipar a esse problema que vem ocorrendo em todas as escolas do Brasil. Somente isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, colegas deputados, trago hoje a esta Casa um projeto de lei obrigando as operadoras de planos de saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a cobrir o atendimento de beneficiária que necessite parto de urgência, independentemente da

modalidade contratada e do período de carência. "Artigo 1º - As operadoras de planos de saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul devem cobrir o atendimento de beneficiária que necessite parto de urgência, independentemente da modalidade contratada e do período de carência. Artigo 2º - A cobertura dos procedimentos de emergência de que trata o artigo 1º desta lei deverá observar as normas da Agência Nacional de Saúde (ANS)." Nesse contexto, o objetivo da presente proposição é resguardar o direito da gestante/beneficiária do plano de saúde na modalidade de contrato hospitalar sem obstetrícia de obter a cobertura mínima no atendimento de urgência decorrente de complicações no processo gestacional. Hoje, nobre pares, a prestação de serviços na modalidade de contrato hospitalar sem obstetrícia está somente vinculado em regime de internação hospitalar, sem limitação de prazo e excluídos os procedimentos obstétricos, o que fere o direito à vida, à saúde e a proteção e defesa do consumidor. No caso do plano de saúde hospitalar sem obstetrícia, a redação do artigo 12 da Lei nº 9.656/1998 prevê que a cobertura mínima está vinculada à prestação de serviços em regime de internação hospitalar, sem limitação de prazo e excluídos os procedimentos obstétricos. Por outro lado, o mesmo artigo resguarda que o plano hospitalar com obstetrícia garanta, além da internação, o atendimento obstétrico e a cobertura assistencial ao recém-nascido durante trinta dias após o parto. Igualmente, no que concerne ao tema debatido nesse projeto de lei, tem-se o disposto no artigo 35-C da Lei nº 9.656/1998, no artigo 4º da Resolução Consu nº 13/1998; e na Resolução Normativa nº 465/2021 (anexo), que, ao atualizar o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, entendeu que "o plano hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos de urgência e emergência, garantindo a cobertura da internação hospitalar por período ilimitado de dias". Portanto, para resguardar o direito às gestantes beneficiárias de plano de saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, segundo o entendimento acima citado, inclusive das resoluções da ANS, que resguardam o tema debatido, apresento este projeto de lei. Ante o exposto, peço aos nobres pares que votem pela tramitação desse importante projeto de lei. Muito obrigado presidente. É só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, nobre deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, estou fazendo um requerimento ao secretário de Segurança Pública do nosso estado — ofício também, com cópias, ao ministro da Justiça, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Isto porque esta semana as fazendas da região de Miranda estão sendo assaltadas, senhor presidente. O curioso é que não estão levando dinheiro, não estão levando gado, o famoso abigeato, ou maquinário. Estão levando armas, armas de pessoas que são CACs, de pessoas que usam sistema Sigma, de pessoas que usam o Sinarm; armas cujo cadastramento será cobrado dos fazendeiros e que estão indo parar na mão de bandido... E o ministro da Justiça disse que não tem a obrigatoriedade de encontrar, de apreender essas armas. Só queria fazer esse registro, para que a inteligência do estado de Mato Grosso do Sul ajude a parar essa quadrilha que se especializou em entrar nas propriedades rurais e levar aquilo que hoje em dia é o que mantém a segurança e a tranquilidade no campo: as armas de

fogo. Essa política armamentista foi uma conquista de estados produtores rurais, a exemplo de Mato Grosso do Sul. Registrado o nosso ofício ao secretário de estado de Segurança Pública e ao ministro da Justiça.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Tenho aqui uma moção de congratulação que vai para a professora Cíntia, que ontem impediu que aquele moleque fizesse ainda mais vítimas naquela escola de São Paulo. Tenho também uma moção de pesar com relação à professora que ontem faleceu nesse terrível episódio. A moção é endereçada ao secretário de Educação de São Paulo, levando o pesar de todos os deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Queria também, senhor presidente, apresentar uma moção de pesar pelo passamento do doutor Milton Watanabe, ex-delegado-geral da Polícia Civil; grande amigo e grande profissional...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte?

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Pois não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como há também outros pedidos de moção em razão do falecimento do doutor Watanabe, se Vossa Excelência permitir, gostaria que fizéssemos a moção em nome da Casa.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Sim, senhor. Há pouco eu falava com o deputado João Henrique sobre o requerimento trazido por ele. Nós estamos fazendo esse requerimento ao secretário de estado de Segurança; desde quinta-feira estamos tratando disso, deputado João Henrique. Ontem, despachando com o secretário sobre os constantes furtos que vêm acontecendo na região de Miranda, Bodoquena, Aquidauana, Anastácio, Bonito, fiquei sabendo que em breve teremos a prisão daquele que está receptando os materiais furtados, principalmente armas. Acho que esta semana ainda a Secretaria de Segurança, junto com a Polícia Civil e a Polícia Militar, vai conseguir fazer a prisão de todos os envolvidos: é o que se espera. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de registrar a presença desses servidores aposentados do estado que estão aqui hoje se manifestando. São servidores que contribuíram a vida inteira para ter sua aposentadoria tranquila um dia, mas que hoje estão tendo um desconto de 14% nos seus vencimentos, o que é uma grande injustiça! Nós já tivemos na semana passada outro grupo aqui, também de servidores aposentados se manifestando, pedindo que esta Casa faça uma discussão junto ao Governo do Estado para revogar esse desconto dos 14% nos proventos dos aposentados. E eu queria,

senhor presidente, dizer que as pessoas que estão aqui hoje estão representando milhares de outros servidores espalhados por Mato Grosso do Sul, principalmente aqueles que recebem os menores salários, que não são os salários gigantescos que outros recebem. As pessoas sentem no bolso esse desconto dos 14%, e isso faz diferença no orçamento, justamente na aposentadoria, que é quando a pessoa tem um aumento de despesas, com médico, com remédios, com tratamento de saúde... Então é realmente uma injustiça cobrar de quem já contribuiu a vida inteira para poder usufruir sua aposentadoria. Eu queria, senhor presidente, inclusive, registrar que Vossa Excelência está sensível a essa reivindicação dos servidores, nós já conversamos sobre isso, inclusive, antes do início da Sessão, e vários outros deputados aqui já manifestaram apoio. De forma que eu queria apresentar uma proposta, senhor presidente: que esta Casa formasse uma comissão de deputados para ir até o governo buscar uma proposta concreta — concreta — para resolver o problema. O governador Eduardo Riedel já se manifestou numa ocasião dizendo que depois de um estudo, de um cálculo atuarial, poderia de repente apresentar uma proposta que pudesse atender os servidores. Vamos então, senhor presidente, apressar essa discussão. O servidor às vezes me cobra, eu falo que o governo ficou de estudar... Mas estudar até quando?! Nós vamos esperar quantos anos?... Eu acho que nós temos de discutir uma proposta para agora, para este ano: um projeto que possa atender às reivindicações dos servidores aposentados — que já deram a vida pelo estado de Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Vamos fazer uma comissão e ir até o governo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — ...em nome desta Casa cumprimentar o grupo de aposentados, que aqui está registrado como sendo do Judiciário e do Executivo. Mas respondendo à questão de ordem do nobre deputado Pedro Kemp, quero dizer que tomaremos providências. Acho interessante a ideia da comissão; efetivamente esta Casa tratou da reforma da previdência de acordo com a reforma em nível nacional, já tratou desse assunto da contribuição, da possibilidade de isenção a partir dos números apresentados pela previdência estadual... Então seria interessante formar essa comissão para tratar do assunto diretamente com a Secretaria de Estado de Administração e com a agência de previdência: tomaremos as devidas providências. Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, aqueles que nos honram com sua presença em Plenário e quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhor presidente, sei que já se encerrou o Pequeno Expediente, mas só queria colocar sobre a mesa uma indicação à Anatel e outra ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo, com algumas demandas do interior do estado. No mais, gostaria de dizer aos aposentados que aqui estão que contem conosco — eu sou servidor público. Quando foi apresentado o projeto nesta Casa, como já disse semana passada a um segmento que esteve aqui, eu era presidente da Comissão de Constituição e Justiça e fiz uma emenda para

suprimir a questão dos aposentados; minha emenda foi voto vencido; depois coloquei outra emenda para questionar o teto salarial, porque o regramento nacional era de 5.600 reais, acima disso é que começavam os descontos; mas aí o teto baixou para um salário mínimo e pegou todo mundo, principalmente quem recebe menor salário. Na época coloquei uma emenda para que ficasse num salário mínimo, e o teto máximo em três salários mínimos. Aqui também fui voto vencido, não passou. Felizmente, porém, no estado do Paraná e no estado de Mato Grosso prevaleceram os três salários mínimos... Mas por aqui continuamos com o teto de um salário mínimo. Então contem conosco. Estamos aqui à disposição para conversar com o governo, vamos tentar avançar nisso aí, precisamos ajudar quem sempre trabalhou e contribuiu com esse estado — contribuiu e contribui, principalmente com a previdência. Grande abraço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente para encerrar, o nobre deputado João Mattogrosso... Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: três indicações (Prot. nºs 01130/2023, 01128/2023, 01127/202). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 01079/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01078/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 01105/2023). De autoria de deputado Gerson Claro: duas indicações (Prot. nºs 01101/2023, 01102/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 01135/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: quatorze indicações (Prot. nºs 01096/2023, 01094/2023, 01095/2023, 01097/2023, 01098/2023, 01099/2023, 01144/2023, 01145/2023, 01146/2023, 01132/2023, 01131/2023, 01129/2023, 01138/2023, 01143/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01147/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 01137/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: uma moção de pesar (Prot. nº 01137/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 01141/2023, 01142/2023, 01140/2023); uma moção de congratulação (Prot. nºs 01139/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: nove indicações (Prot. nºs 01087/2023, 01084/2023, 01083/2023, 01085/2023, 01082/2023, 01086/2023, 01091/2023, 01092/2023, 01088/2023); um requerimento (Prot. nº 01093/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01089/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 01090/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 01074/2023, 01072/2023, 01073/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 01106/2023, 01100/2023, 01104/2023, 01107/2023, 01103/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 01108/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01081/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de lei; (Prot. nºs 01136/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: oito indicações (Prot. nºs 01113/2023, 01114/2023, 01115/2023, 01116/2023, 01112/2023, 01109/2023, 01110/2023, 01111/2023); um requerimento (Prot. nº 01133/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01117/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 01075/2023, 01076/2023, 01077/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01124/2023, 01125/2023, 01126/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra o nobre deputado Pedro Kemp, que inverteu sua posição com o deputado Lidio Lopes. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados. Primeiro quero agradecer ao deputado Lidio Lopes por ter invertido seu tempo comigo no Grande Expediente. Mas assunto é o seguinte, senhor presidente. Além de apoiar a luta dos servidores aposentados, aqui hoje representados por esse grupo — e eu tenho certeza que Vossa Excelência vai olhar com muito carinho essa proposta para formarmos aqui uma comissão que possa discutir com o governo um encaminhamento para esse problema do desconto dos 14% —, além desse assunto que é muito importante, o que me traz à tribuna é o sentimento de indignação. Todos assistimos ontem no noticiário àquele fato que aconteceu no interior de São Paulo; uma professora de setenta e um anos assassinada no momento em que estava dando aula, por uma criança de treze anos de idade. O que chama a atenção nesse fato é que a criança que esfaqueou a professora tem apenas treze anos de idade e uma professora com setenta e um anos de idade dando aula! Esse episódio expõe uma situação que os professores estão vivenciando nas escolas em todo o Brasil. Está muito difícil hoje ser professor, atuar em sala de aula, num momento de crise da sociedade, de inversão de valores, de falta de respeito, num momento em que muitas famílias estão abrindo mão de educar seus filhos, transferindo essa responsabilidade para as escolas: está muito difícil! Agora, eu quero chamar a atenção para a situação dos nossos educadores. Nestas últimas semanas eu tenho recebido uma enxurrada de mensagens no Instagram, no Facebook, no WhatsApp, no e-mail do gabinete, de professores reclamando das condições de trabalho nas escolas do estado. Cito aqui o caso do professor Thiago Bianchi Silva Araújo, esse jovem de quarenta e dois anos que desistiu de viver, que na semana passada tomou um coquetel de medicamentos, tirando a própria vida. Tirou a própria vida depois de enfrentar uma depressão, síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, depois de percorrer médicos, psiquiatras, e de não conseguir o seu afastamento ou a sua readaptação como professor. O médico simplesmente negou, sendo que o professor não tinha condições de entrar em sala de aula em função do seu estado emocional prejudicado, abalado. É revoltante ver um jovem desses, profissional, tirando a própria vida depois de buscar tratamento psiquiátrico, depois de buscar um afastamento temporário das suas atividades na escola e não ter o respaldo de que precisava. Mas o caso do professor Thiago não é único. Eu sugiro aos senhores deputados que visitem as escolas e conversem com os professores, para conhecer a realidade que eles estão enfrentando. Os professores do estado estão esgotados com o excesso de burocracia que a Secretaria de Educação estabeleceu para o exercício da atividade docente. Os professores estão passando a maior parte do tempo tendo de preencher fichas, relatórios, cadastros e não sei mais o quê... fazendo planejamento minucioso, detalhado das aulas que vão ministrar; depois das aulas têm de preencher avaliação: uma burocracia danada, incompreensível. O professor tem de fazer seu planejamento com uma riqueza sufocante de detalhes. Ontem eu vi uma planilha que um professor me encaminhou pelo Instagram, que é um absurdo! Ele fez o planejamento de uma aula dizendo o conteúdo que ia ministrar, como que seria o início da aula, o meio, o fim, os recursos instrucionais que ele teria de utilizar e os métodos de avaliação. Ele deve ter perdido ali umas duas horas fazendo o planejamento da aula. E vejam o absurdo: o professor entra em sala para dar a aula, logo entra um coordenador para vigiar, para fiscalizar se ele está dando a aula que está descrita ali no planejamento. Controle. Fiscalização. Aqui em Campo Grande o diretor de uma

escola, senhor presidente, instalou câmeras nas salas de aula para vigiar o professor, para fiscalizar se ele está dando aula; e o pior, se ele está sentado na sua cadeira ou de pé. Chamaram a atenção de uma professora porque ela ficou sentada corrigindo os cadernos dos alunos; a diretora viu isso na câmera e reagiu: não pode sentar durante a aula, tem de ficar em pé! Sabe o que está acontecendo? Os professores estão adoecendo! Eu quero que a Secretaria de Educação nos apresente aqui o número de professores afastados com licença médica, que tomam remédio controlado, ansiolítico, para depressão. É um absurdo o que está acontecendo nas escolas, essa fiscalização, essa vigilância, essa pressão. Os professores não estão aguentando mais — não estão aguentando mais! Eu queria fazer aqui um apelo ao secretário de Educação do estado, que ouvisse os professores das escolas, que avaliasse a questão, que pudesse apresentar uma proposta modificativa do que está acontecendo nas escolas. Ontem um professor de Nova Andradina disse que durante a pandemia os alunos ficaram muito prejudicados, porque as aulas eram remotas. A Secretaria de Educação fez uma avaliação para verificar a defasagem desses alunos na aprendizagem, o que é muito louvável, e elaborou um caderno contendo o um levantamento dessas defasagens. Agora ela pegou esse material, distribuiu nas escolas para os professores fazerem aquilo que eles chamam de RA, recomposição de aprendizagem... Mas quem é que faz isso?! É o professor que está lá dando aula de História; e ele, além de se haver com o conteúdo da sua disciplina, também tem que fazer o RA, que é a recomposição da aprendizagem dos anos anteriores à pandemia, a correção da defasagem que os alunos tiveram no processo de aprendizagem. O professor está sobrecarregado, e o que é pior: o professor de Português tem que dar aula de Matemática, de História, de Geografia, de outros conteúdos. A reforma do ensino médio, que nós vamos lutar para revogar, estabeleceu um aumento da carga horária para os alunos nas escolas, um aumento no número de disciplinas, muitas delas verdadeiras baboseiras. E o professor, que é habilitado numa determinada disciplina, é agora obrigado a dar aula de disciplinas que nunca existiram no currículo. Por exemplo, "Projeto de Vida". Hoje há uma disciplina na escola, deputado Pedrossian, que se chama "Projeto de Vida"... Aí o professor está lá disponível, a coordenação fala você vai dar aula de "Projeto de Vida"... E o pobre do professor não sabe o que é que vai ensinar nessa disciplina! Há outras disciplinas que quando ouvi não acreditei... Não, isso aí é brincadeira!... É "Empreendedorismo", é não sei mais o quê... O aluno termina o ensino fundamental e sai da escola um analfabeto funcional. Os alunos estão saindo da escola hoje sem saber escrever um texto mínimo, uma redação, não conseguem interpretar um texto... E enquanto isso estão dando aula de "Empreendedorismo" na escola, estão dando aula de "Projeto de Vida"... Que projeto de vida esse aluno vai construir se não sabe ler nem escrever direito, não sabe fazer uma conta matemática?!... Então, senhores, o que está acontecendo hoje é um absurdo. Eu estou fazendo aqui um apelo à Secretaria de Educação para que olhe com carinho essa situação que está acontecendo hoje nas escolas, e olhe para a saúde mental dos professores. Eles falam "nós não temos a quem recorrer, não há quem nos atenda, quem nos ouça expor essa situação que estamos vivendo". O professor quando vai entrar em sala de aula começa a tremer, a ter calafrio, não só por ter que dar conta daquela turma numerosa de alunos, mas também em função dessas exigências todas, como ter de ministrar conteúdo para o qual não foi formado. Então foi muita mudança nos últimos anos, a reforma do ensino médio, muita

mudança; o professor não estava preparado para isso. E vem a Secretaria de Educação com excesso de burocracia. Excesso de burocracia! Eu faço um apelo aqui: deixem os professores trabalhar com liberdade, com autonomia! O professor é formado, ele tem aula de didática para saber preparar sua aula, ministrar um conteúdo, ele dá conta do recado. Não é preciso que uma coordenação entre na sala de aula para saber se o professor está dando aula ou não, se está cumprindo o planejamento que fez ou não. Quem é que gosta de trabalhar dessa forma, com um vigia, com uma pessoa cobrando o tempo todo seu rendimento, sua produtividade?!... Então, senhor presidente, para finalizar, eu quero fazer esse apelo. Muitos poderiam dizer aqui que hoje os professores do estado estão sendo bem remunerados, os melhores salários do Brasil. É verdade, os professores efetivos — efetivos, concursados — estão sendo mais bem remunerados hoje; mas eles são seis mil, quando doze mil professores são contratados, convocados, e estes recebem a metade do salário dos efetivos. Agora haverá um novo reajuste dos efetivos, e será quase 80% essa diferença de salário entre efetivo e convocado. O professor convocado ganha em torno de 2.800 reais para vinte horas/aula, e ficando doente, tirando licença médica... E com um detalhe, uma denúncia que eu quero fazer aqui: os médicos da junta médica que recebem os professores readaptados já não querem mais renovar essa readaptação; recusam os atestados, os laudos e obrigam o professor — doente, com depressão — a voltar para a sala de aula. A continuar como estão as coisas, nós vamos ter outros casos como esse do Thiago, aqui de Campo Grande, que num ato de desespero tirou a própria vida, e depois de ver recusado pela junta médica o seu direito de afastamento para tratamento de saúde. Isso não pode acontecer. Não pode acontecer. Então faço um apelo aqui ao secretário de Educação: escute o clamor dos professores, que estão abarrotados de exigências, relatórios, planejamentos, preenchimento de fichas daqui, dali, e ainda têm de lidar com os desafios de uma turma de adolescentes, de jovens, salas superlotadas, alunos com deficiência, sem um professor auxiliar... É muito difícil dar conta do recado dessa forma. Já na semana passada cobrei da Secretaria de Educação a contratação dos professores auxiliares da Educação Especial. Já estamos indo para a quarta semana de aula, muitos alunos com deficiência nas escolas, e a secretaria ainda não contratou os professores auxiliares para atender alunos com transtorno do déficit de atenção, alunos com autismo, alunos com deficiência mental, com deficiência física, deficiência visual, Síndrome de Down, condutas típicas, doenças raras... O professor tem que ser um herói. E não tem o respaldo, a contratação dos profissionais da Educação Especial. Então, é um apelo que eu faço à Secretaria de Educação, que por favor olhe para essa realidade da saúde mental dos professores. E a causa de milhares de afastamentos de professores, com depressão, ansiedade, síndrome do pânico, a causa é esse excesso de burocracia, essa cobrança, essa fiscalização descabida, essa vigilância pesada, sem a participação dos professores na discussão dos processos: esta é a causa de tanto afastamento por licença de saúde e de readaptação de professores. O médico não pode pressionar o professor a voltar para a sala de aula sem as condições de sanidade mental, sem as condições de saúde para enfrentar os desafios de uma sala de aula. O suicídio do professor Thiago nos serve de alerta. Como falamos na Câmara Municipal de Campo Grande — na audiência pública para discutir o caso da menina Sofia, que foi espancada, que foi estuprada pelo padrasto, foi assassinada, aquela menina linda —, é preciso que o poder público faça alguma coisa, uma rede de atendimento à criança e

ao adolescente, para que não haja mais casos como esse. Para se ter uma ideia da urgência da situação, no estado de Mato Grosso do Sul a cada dia três crianças sofrem abuso ou violência dentro de casa! Todo dia esta é a média, de pelo menos três registros de violência contra criança em Mato Grosso do Sul. Então, assim como denunciemos essa situação a partir do caso da Sofia, eu quero também, a partir do caso do professor Thiago, alertar a Secretaria de Educação. Os professores estão adoecendo e precisam de acompanhamento e respaldo. É preciso atacar a causa do adoecimento dos professores, que é o excesso de burocracia, de cobrança, de fiscalização, de vigilância sobre o professor, que perdeu sua autonomia, sua liberdade para atuar como docente na sala de aula. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Milton Sena, vice-prefeito do município de Nova Andradina. Também registramos e agradecemos a presença, neste Plenário, do presidente da Associação dos Procuradores de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, no Grande Expediente, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, eu concedi a inversão da ordem da tribuna, troquei com o deputado Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em vista da inversão concedida pela deputada Mara Caseiro, gentil como sempre, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas deputados, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão. Em nome do Norton, do doutor Wagner, desejo as boas-vindas a todos vocês procuradores; e aos servidores que estão aqui em busca de um pleito procedente. O deputado Pedro Kemp, eu e outros colegas subscrevemos um requerimento pedindo ao governador Eduardo Riedel que faça uma análise de forma criteriosa, de forma justa, para que vocês alcancem o pleito desejado. Senhor presidente, vou continuar na mesma esteira do deputado Pedro Kemp. Eu estava fora do estado, e acompanhei o triste caso da professora de São Paulo que foi assassinada por um garoto de apenas treze anos. Esse ato, como disse o deputado Pedro Kemp, revela uma realidade da nossa educação, não só do estado, do país todo. Desde que me entendo por gente — desde que minha mãe começou a dar aula, em 1963, na Oitava Linha do município de Glória de Dourados, depois no município de Fátima do Sul — se vê essa situação. É uma vergonha para um país tão grande e tão rico como o nosso. Volta e meia eu evoco aqui Monteiro Lobato, que dizia que "um país se desenvolve com homens e livros"; homens, mulheres e investimento na educação. Pitágoras dizia: "É melhor ensinar a criança para que não seja necessário puni-la na fase adulta". Ou seja, a gente percebe que antes de Cristo os filósofos já falavam da importância da educação, do investimento na educação, deputado Pedro Pedrossian, e nós acompanhamos de perto essa realidade. Logo que cheguei a esta Casa já fui tratando dessa questão. Uma das primeiras leis de minha autoria, a Lei nº 3.437, de 19 de novembro de 2007, institui a política de prevenção à violência contra educadores da rede de ensino do estado de Mato Grosso do Sul. Isso no meu primeiro mandato. E

por que apresentei esse projeto de lei?... O deputado Junior Mochi estava conosco nesse meu primeiro mandato, foi um dos que apoiou de forma incontestada; porque numa das escolas em que dei aula aqui em Campo Grande, a diretora-adjunta, pasmem os senhores, levou um tapa tão grande de um aluno, de dezesseis anos, que chegou a cair — a diretora-adjunta da escola lá do bairro Rouxinóis, Maria de Lourdes Toledo Areias, escola onde ministrei aula. Foi um dos primeiros projetos que apresentei aqui, e que se tornou lei. Esse projeto provocou o Ministério Público, e tivemos um seminário no Palácio Popular da Cultura, com mais de oito mil educadores da Capital, desmistificando o outro lado do ECA. Quando se fala no ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], só se fala de direitos; isso passa para a sociedade a ideia de que esse garoto só tem direitos; até hoje pouco se fala nos deveres, ignora-se que um dos artigos do ECA penaliza criminalmente o pai, até mesmo pelo abandono intelectual do filho. Nessa atmosfera de total complacência a garotada faz e acontece, depreda o patrimônio público, não obedece ao professor... e, extrapolando os limites da razão humana, ofendendo aquele que recebeu de Deus a nobre missão de ensinar, agredindo-o fisicamente, por vezes chegando ao cúmulo de tirar-lhe a vida, como aconteceu no município de Nova Andradina, mais precisamente lá na Casa Verde, onde um diretor foi assassinado por um jovem. Eu acompanhei esse caso da professora de 71 anos que já se aposentara, mas que tinha ainda vontade de dar sua parcela de contribuição — e hoje, graças a Deus, a expectativa de vida do brasileiro aumenta a cada dia —, que ainda jovem, mesmo com 71 anos, continuou a dar suas aulas... e acontece essa tragédia: um garoto, que segundo as informações havia sofrido *bullying*, acaba assassinando essa senhora. O deputado Pedro nos exorta a conhecer as escolas. Pedro, eu visitei todas as escolas. Vossa Excelência falou com maestria dessa triste realidade, nosso corpo docente está de fato doente; e agora, com esse novo ensino médio, a coisa tende a se complicar. Inclusive eu vi um debate no Rio de Janeiro este final de semana: ninguém consegue entender essa nova modelagem, nem professor, nem muito menos o aluno. Nós tivemos aqui muitos avanços na educação; sim, tivemos, aprovamos leis importantes; o presidente Gerson Claro é autor de uma lei fundamental que permite ao município que tenha avançado no Ideb um aumento em seus tributos — projeto maravilhoso que esta Casa aprovou por unanimidade. Tivemos, sim, muitos avanços. Só que infelizmente a educação ainda está longe de onde deveria estar, do destaque que devia ter. Este foi justamente o objetivo da lei, ajudar a prevenir dentro do ambiente escolar a agressão contra o educador. Essa lei foi fundamental, melhorou muito a autoestima do professor, empoderou o professor, que se sentiu à vontade para dizer ao seu aluno que se ele riscar a escola, vai ter problema, o seu pai pode ser punido, pode ser punido inclusive se ele abandonar a escola. E sim, a doença psicológica tem aumentado cada vez mais, a pandemia evidenciou isso com muita força; então é preciso que o poder público ajude a melhorar essa situação. Mas eu quero falar de outra lei de nossa autoria, esta recente, de 2020, que veio justamente pelo alto índice de pessoas com depressão, de crianças se automutilando, e mais, coisa que talvez muitos dos senhores não saibam, pelo alto índice de suicídios no estado — na última estatística que eu vi, Mato Grosso do Sul é o terceiro estado onde mais se pratica o suicídio no Brasil, só perde para o Rio Grande do Sul e outro. São crianças, jovens se suicidando, e agora chegamos ao caso do professor Thiago, professor da rede municipal de ensino, que tirou a própria vida. Essa lei de nossa autoria, de nº 5.582, de 19 de

outubro de 2020, que o governador Reinaldo sancionou, institui no âmbito do estado o serviço de apoio psicológico e social ao aluno da rede pública em situação de vulnerabilidade econômica e psíquica, e fixa outras providências. Então é preciso que essa estrutura esteja realmente à disposição. Nós temos milhares de leis aprovadas no país, mas entre a aprovação de uma lei e a sua eficácia há uma distância quilométrica. No caso específico do educador e do aluno, é preciso, sim, que o estado tenha um olhar diferenciado, porque as pessoas não aguentam. Eu fiquei pouco tempo em sala de aula, mas o suficiente para saber o quanto é difícil... Porque estamos diante de uma família infelizmente desestruturada, a *celula mater* da sociedade, como dizia o jurista Ruy Barbosa, está doente. Quando a família, que é a base da sociedade, está doente, é natural que a sociedade também fique doente. E sobre esse professor que está na sala de aula para ministrar conteúdo, que precisa da cabeça em ordem para transferir esse conhecimento, que está lá muitas vezes cuidando de um aluno cujo pai está na cadeia, a mãe numa luta violenta para conseguir o pão de cada dia, sobre esse professor o peso é muito grande, e com a desestruturação da família pode sobrevir a tragédia. Eu acredito muito no professor Hélio, o Hélio Daher, atual secretário de Educação, um democrata; já estive com ele. E como presidente da Comissão de Educação, eu quero fazer um trabalho diferenciado, não aquele trabalho isolado. Não é a glória que eu busco, nada disso: quero fazer um trabalho com todos os membros da comissão. O deputado Junior Mochi é o nosso vice-presidente; a deputada Mara é membro titular da comissão, e o João César Mattogrosso; o nosso querido e saudoso Amarildo Cruz era também titular dessa comissão, agora entra no lugar dele o deputado Zeca. Como disse, já estive com o Hélio, e quero fazer um trabalho em conjunto, Mara, aqui não há cor partidária, não há esse negócio de querer estar na frente: nada disso. Vamos fazer um trabalho coletivo, e a nossa primeira reunião — a primeira — com os diretores de todo o estado, será aqui na Casa; gostaria que todos os colegas estivessem presentes, para que em conjunto alcancemos os resultados que queremos, uma aula de melhor qualidade, uma melhor infraestrutura não só do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista psíquico, para que o professor tenha tranquilidade para dar sua aula. Nós temos bandeiras, Mara, e podemos fazer mais, assim como eu consegui na época a Robótica, através de uma emenda de meta no orçamento que acabou dando um valor de quase nove milhões; e todas as escolas em tempo integral têm o seu kit de Robótica. Agradeço muito a esta Casa, que aprovou essa emenda de meta de nossa autoria, e ao governador Reinaldo, que teve a sensibilidade de comprar esses kits para todas as escolas em tempo integral do estado. Se é difícil manter um garoto na sala durante uma aula, imagine esse garoto na escola durante o dia todo; além de isso ajudar no senso crítico desse garoto, vai despertar nele uma curiosidade, é um atrativo a mais esse dispositivo; assim ele pode se manter durante o dia com as modalidades que a escola em tempo integral proporciona e, ao mesmo tempo, se preparar para o mundo do trabalho. O mundo hoje é tecnológico, e isso foi um avanço. Nós temos outra bandeira, agora é o ar-condicionado; há ainda centenas de escolas que precisam do ar-condicionado, já conversei a respeito com o governador Riedel. Eu coloquei uma emenda de meta, aprovada no orçamento dos 22 milhões que aprovamos aqui, orçamento do Estado, para que todas as escolas que ainda não tenham passem a ter o aparelho, que antigamente era motivo de luxo, hoje não. Estive ali em Miranda, em Ladário... olha, dava para torcer a camisa. Você acha que esse professor consegue dar aula?

Como?!... E esse aluno vai aprender num calor terrível desses? É o que eu disse, nós tivemos muitos avanços, mas vamos perseguir essas outras metas... Quero ouvir Vossa Excelência, deputada Mara, membro titular.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Primeiro quero parabenizá-lo por trazer esse assunto de tanta relevância, que a rigor começa na segurança das escolas, na segurança dos nossos estudantes. Mas o que é que eu vejo hoje? Nós passamos e estamos passando por um processo de transformação, de readaptação. Passamos pela pandemia, isso trouxe mudanças comportamentais e uma sobrecarga de trabalho para o professor, que hoje recebe um aluno que muitas vezes não teve as condições, dentro de casa, de desenvolver seu aprendizado. Quer dizer, é uma somatória de problemas que temos de enfrentar, é a pressão de um novo momento, é a informatização, etc. Hoje o aluno tem a informação na palma da mão através de um celular. O que é que falta hoje no aprendizado, nas escolas? Nós precisamos ter uma equipe multidisciplinar, de maneira que quando um professor identificar um aluno com um certo comportamento diferente — aquele aluno muito quieto ou muito hiperativo —, que este aluno tenha ajuda de um profissional, psicólogo, assistente social, para que se possa entender o que está ocorrendo até no ambiente familiar. Temos de começar a olhar para dentro da estrutura familiar, e isso através de uma equipe multidisciplinar, com psicólogo, com assistente social, quem sabe até com psiquiatra (se o psicólogo assim entender). E não é só olhar para o aluno, mas para o professor também. Há professor adoecendo, como disse há pouco o deputado Pedro Kemp, sucumbindo às diferenças de comportamento, à pressão do dia a dia. Então repito: nós precisamos ter uma equipe multidisciplinar. Outra coisa importante é o videomonitoramento das escolas. Nós sabemos que já se iniciou esse videomonitoramento, já estão instalando câmeras nas escolas, que acho de extrema importância... Não para vigiar professor. Não! Longe disso, longe disso. Mas para monitorar o que está acontecendo dentro das escolas. Nós temos aí casos de *bullying*, aliás, esse aluno que fez essa barbaridade em São Paulo alegou que fez o que fez porque estava sofrendo *bullying*... É preciso ver o que está ocorrendo dentro das escolas, que é melhor prevenir do que remediar, é melhor prevenir casos como esse que vitimou essa professora: temos de trabalhar a prevenção. Acho muito importante estarmos aqui, Professor Rinaldo, debatendo, discutindo o que precisamos melhorar na educação do estado... Estamos vendo briga dentro e fora da escola, alunos se digladiando, isso é muito triste. O que temos de fazer para trazer a cultura da paz e do respeito para dentro das escolas, entre professores, entre alunos, entre professores e alunos? É isso que precisamos saber. Enfim, muito importantes suas colocações, e vamos continuar estabelecendo e criando políticas públicas que aprimorem a nossa educação, na qualidade, na proteção, no cuidado com as nossas crianças e adolescentes, para que realmente possamos ter a efetividade do que queremos para as nossas escolas.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Mara, eu agradeço de coração o aparte de Vossa Excelência, que incorporo na íntegra ao meu pronunciamento. Com relação ao vídeo de monitoramento, eu recebi, por exemplo, um diretor no meu gabinete semana passada. Pois bem, há casos e casos, o deputado Pedro falou de alguém que está sendo monitorado... Realmente o professor tem de ter

a liberdade de dar sua aula, afinal está preparado didaticamente para isso. Agora, há casos que a gente tem que analisar. O professor Wagner me procurou semana passada pedindo uma emenda parlamentar; ele gostaria que houvesse câmeras em todas salas de aula, que é para dar segurança para o próprio aluno e, consequentemente, para o professor. Então por isso que a nossa comissão, deputada Mara, vai trabalhar de forma conjunta. Nosso objetivo aqui é criar condições para que tenhamos uma educação cada vez melhor, com uma melhor infraestrutura não só do ponto de vista físico, das dependências do prédio, mas também do ponto de vista psicológico. Por isso que essa lei de nossa autoria é fundamental. A lei já existe prevendo um profissional da Psicologia para atender a escola.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Se Vossa Excelência me permite mais um aparte, eu quero dizer que precisamos enaltecer todo o avanço que tivemos na educação do estado, isso é indiscutível, estruturalmente falando. Eu entendo que se avançou muito no cuidado com as estruturas físicas, com a qualidade de ensino, mas vivemos um novo momento. Em todo caso, o debate é importante, a questão é complexa... Como dito aqui, há aquele professor que quer ter o monitoramento dentro de sua sala de aula, ele não se importa, acha necessário até para dar sua aula resguardado de alguma denúncia que possa sobrevir. Há outros que não pensam assim. Então eu acho que o debate é importante, e que prevaleça o desejo da maioria, para que possamos acertar mais e errar menos. Mas eu quero enaltecer o trabalho feito pela educação nesses oito anos do governo Reinaldo Azambuja: não podemos jamais deixar de reconhecer o quanto avançamos, tanto na valorização dos profissionais como na aquisição e revitalização de prédios públicos, enfim em todo o aparato. Mas precisamos estar sempre melhorando, por isso é que temos de travar esse debate e buscando sempre políticas públicas para o aprimoramento da educação, uma educação de qualidade.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Muito bem, deputada Mara, eu lhe agradeço de coração, e finalizo aqui falando do último episódio ocorrido na escola estadual Teotônio Vilela. O diretor da escola, amigo nosso, o Valter... Todo mundo viu pela mídia o que aconteceu ali, um garoto portando uma arma de brinquedo. Imagine, deputado Pedro, o efeito do ponto de vista psicológico disso que aconteceu ali na Teotônio Vilela. Quem não entende de arma, como eu, por exemplo, vai lá saber se é de brinquedo ou não é? Eu só fico imaginando o clima que isso deve ter provocado... Pois não, deputado Pedro.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Professor Rinaldo, eu quero parabenizar Vossa Excelência por fazer esse debate aqui na tribuna, e falo inclusive como atual presidente da nossa Comissão de Educação; e quero dizer também que sou testemunha de que Vossa Excelência conhece o chão das escolas, porque as visita, conversa com os diretores, professores, Vossa Excelência está muito ciente dos problemas que estão acontecendo. Às vezes eu visito alguma escola e o diretor fala o Professor Rinaldo passou aqui... Aí eu vou na outra escola, vou entregar uma emenda parlamentar, converso, e aí eles me falam "o Professor Rinaldo passou aqui"... Mas ele então está passando em tudo quanto é escola?... Realmente Vossa Excelência é presente nas escolas, acompanha, sabe das dificuldades que os

professores estão enfrentando. Ontem à noite, deputado, recebi muitas mensagens, até me comovi com o depoimento de um professor, especificamente. Fiquei tocado com o absurdo da burocracia, da fiscalização; o professor hoje tem que tirar foto da aula que está dando, tem que printar os conteúdos para provar que está dando aquela aula... Então, o nível de cobrança, de fiscalização, é sufocante, absurdo, e realmente os professores estão adoecendo. É muita licença de saúde, e a gente sabe o que que isso acarreta em termos de gasto, porque esses professores têm de ser substituídos. Mas eu quero parabenizar Vossa Excelência por acompanhar de perto o problema, está nas escolas, conhece o assunto, com certeza vai nos ajudar a fazer essa interlocução com o governo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O deputado Pedro Kemp sempre esteve na comissão, inclusive como presidente, eu vice; e eu, em nome da harmonia, sempre cedendo para minimizar, na época, os debates. Mas mesmo não sendo membro titular, Vossa Excelência é um defensor da educação, e não por questões políticas, mas por convicção, por princípio. De forma que toda reunião que tivermos, eu gostaria de contar com a participação de Vossa Excelência. E a primeira será aqui, com a presença do nosso secretário, que eu quero elogiar por sua predisposição ao trabalho conjunto. Disse-me ele: "Eu quero construir um trabalho junto com a Assembleia Legislativa e com os educadores". É assim que se faz, ouvindo as pessoas; parabéns ao secretário Hélio e parabéns ao Édio, que é um camarada, professor queridíssimo, sensível, que esteve em sala de aula muitos e muitos anos em Maracaju. E uma das coisas de que não abro mão no ser humano é que ele seja humano. É preciso ouvir as pessoas, construir em conjunto aquilo que todos nós queremos, que é uma educação de qualidade. Se os professores, deputado Pedro Kemp, ganhassem dez mil reais por período, ainda seria pouco: não é fácil sala de aula. Com exceção talvez do Pedrossian, do Catan e do Tavares, não sei, mas a grande maioria aqui já viveu meio século. E quem viveu meio século lembra como era: o professor só falava uma vez, era um silêncio absoluto, havia um grande respeito. Eu lembro lá de Culturama... A diretora Dalva Moser Koff — esposa de um missionário presbiteriano americano, que inclusive construiu com recurso próprio a Escola Pioneiros de Culturama —, quando adentrava a sala de aula, Coronel David, todos ficávamos de pé, em reverência: havia um respeito mútuo. Hoje o professor está sendo aviltado dentro da sala de aula, está sendo agredido do ponto de vista verbal, do ponto de vista físico; e, como já disse, extrapolando os limites da razão humana, o professor perdendo a vida, o diretor perdendo a vida pelas mãos do próprio aluno. Porque a educação na verdade vem de casa, por isso que eu volto lá onde comecei: a família está doente, a *celula mater* da sociedade está doente. A obrigação do professor é transmitir conhecimento, agora, a educação tem que vir de casa, respeito vem de casa. Hoje o coitado do professor tem nos ombros um peso enorme. Passo a palavra a Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Rinaldo. Eu quero fazer um reconhecimento aqui, deputado. Vossa Excelência e o deputado Pedro Kemp são os verdadeiros representantes da educação nesta Casa, ambos repercutiram nesta manhã esse caso de São Paulo e as consequências disso no ensino, no Brasil inteiro. O Pedro Kemp fez aqui algumas considerações a respeito

da pressão que enfrentam hoje os professores no estado, mas este é o retrato do país todo. Isto é a falência da família, deputado Rinaldo. Hoje os problemas familiares estão estourando na escola e cabe ao professor buscar solução. É a mudança dos tempos, é a mudança do comportamento, é o progresso, que acaba trazendo uma série de dificuldades que muitas vezes acabam infelizmente recaindo nas mãos do professor, que se vê obrigado a buscar uma solução pra isso. Eu tive agora a oportunidade de conversar com a subcomandante-geral da PM, a coronel Neide, e lhe perguntei como está o programa lançado pelo ex-governador Reinaldo Azambuja ano passado, de monitoramento das escolas estaduais com a consequente ronda escolar feita pela Política Militar. Ela me disse, deputado Rinaldo, que esse processo ainda está em curso, mas vai me mandar os dados de todo o trabalho que está sendo feito nesse sentido. Eu pediria, deputado Rinaldo, que nós, Vossa Excelência e eu, a Comissão de Segurança Pública, da qual sou presidente, até atendendo ao que disse aqui o deputado Pedro Kemp, pediria que formássemos uma comissão para verificar como está sendo tratada a questão, não só da segurança nas escolas, mas também desse problema que está afetando diretamente os professores — antes que aconteça alguma tragédia aqui no Mato Grosso do Sul. Eu acho que a gente tem de buscar a prevenção, buscar ações preventivas que nos permitam ter um ambiente melhor dentro das escolas, que evite que essas ações voltem a se repetir. Para o senhor ter ideia, deputado Rinaldo, o aluno que ontem matou a professora na sala de aula em São Paulo já tinha sido mandado embora de uma escola anterior, porque vinha constantemente falando a professores e alunos que estava planejando um ataque nessa escola. E o que fez a escola? Transferiu o aluno, transferiu o problema. Pelo jeito a nova escola não foi informada da conduta, do comportamento desse aluno, do que ele estava buscando fazer. São tragédias e mais tragédias que acontecem, e eu sugiro então ao senhor, deputado Rinaldo, que nós, junto com a Comissão de Educação, montemos aqui um grupo de deputados para, juntos com governo do estado, verificar a situação atual e buscar soluções. Porque depois, deputado, não adianta vir aqui fazer discurso em cima de um caixão de professor, ou do próprio aluno, que será tarde de mais. Então deixo aqui a sugestão, e, sabendo do alto grau de comprometimento de Vossa Excelência, não tenho dúvida de que a gente vai conseguir fazer isso. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço. Vamos precisar muito da experiência de Vossa Excelência. As consequências de uma família desestruturada acabam caindo lá na escola, e consequentemente na segurança pública. Então Vossa Excelência já está intimado a participar conosco nessa comissão, que será multidisciplinar, para que alcancemos nossos objetivos. Quero finalizar, senhor presidente, me solidarizando com a família dessa professora de São Paulo, com a família do Thiago Bianchini, que infelizmente tirou a própria vida. E também a minha solidariedade ao professor Valter, diretor da Escola Teotônio Vilela, que fica no Universitária II, mais conhecido como Conjunto Cohab, que recentemente passou por esse momento de estresse. Tenho certeza que com a ajuda de todos nós, com a sensibilidade do governador Eduardo Riedel, com a sua equipe liderada pelo secretário Hélio Daher, tenho certeza que vamos alcançar nossos objetivos. Concluo agradecendo o apoio dos colegas, e à deputada Mara, que fez a inversão do seu

tempo para que eu pudesse me pronunciar nesta manhã. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado João Henrique. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Não mais havendo oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 014/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a campanha 'Com o Coração de Mulher no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0423/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputado Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em tempo, como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 02/2023. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 02/2023, de autoria do Ministério Público.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Quinze votos favoráveis e dois contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 047/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 07/2023. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.940, de 16 de dezembro de 2004, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, e da Lei nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007, que cria o Fundo de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho

Gestor de Habitação". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 047/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Projeto de Lei nº 052/2023. Autor: Mesa Diretora. Coautores: deputadas Lia Nogueira, Mara Caseiro e deputado Zé Teixeira. "Altera a Lei nº 4.091, de 28 de setembro de 2011, que institui o Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências" A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 052/2023, de autoria da Mesa Diretora e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Quero falar da importância de resgatar esse direito das nossas servidoras. Porque muitas vezes acontece de a mãe ter alta, mas o bebê precisar ficar no hospital aguardando. Então acho muito justo que a licença comece a contar a partir da alta do bebê e da mãe: é um direito. Quero parabenizar o entendimento havido entre todos os deputados. É preciso garantir esse direito às nossas servidoras aqui da Assembleia Legislativa. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Registrando que Vossa Excelência apresentou o projeto antes da Mesa, e a gente adaptou, seu Zé.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezesete votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 1 requerimento, 50 indicações e 3 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo Deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Joanita Maria da Silva. Proposta pela Casa, em razão do falecimento ex-delegado-geral da Polícia Civil Milton Watanabe Tocikazu. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Nas Explicações Pessoais, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Renato Câmara. Vossa Excelência tem dez minutos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor Presidente, nobres colegas deputados...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho... Vamos receber agora o presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, doutor Florian [Florian Augusto Coutinho Madruga]; vamos falar com a presidente da Escola do Legislativo de Mato Grosso do Sul, deputada Mara Caseiro, e com o presidente da Unale, para tratarmos da Escola do Legislativo. Convido o deputado Pedro Kemp para assumir o comando da Mesa.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor Presidente, nobres colegas, uso a tribuna neste momento para repercutir um assunto que tem sido pauta no noticiário nos últimos dias, que é a questão dos recursos hídricos. É uma discussão importante que afeta diretamente a todos. Sexta-feira tivemos o IV Seminário da Água. E esse seminário, deputado Zé Teixeira, lança luz numa ação muito importante em que precisamos avançar. Estou falando da questão do produtor de água. Em 1985, foram registrados mais de 2 milhões de corpos de água no estado; em 2021, 600 mil. Vejam o caminho que estamos percorrendo, que precisamos corrigir, precisamos reverter essa situação, que fica mais crítica a cada dia. Como reverter-la? Pois foi essa a discussão que tivemos no IV Seminário da Água, com a participação da Agência Nacional da Água (ANA), tivemos palestras com vários pesquisadores importantes. Precisamos apertar os parafusos nalgumas questões para que possamos ter esse avanço no estado, deputado Pedro Kemp. Uma dessas questões é a da compensação pelo uso da água. O estado recebe em torno de 15 milhões de reais pelas hidrelétricas que aqui se instalaram. A utilização dessa água gera um recurso financeiro que, no nosso entendimento, no entendimento da academia e de vários militantes na área do meio ambiente, precisa retornar ao estado através de ações de preservação dos corpos de água; e hoje esses recursos não são utilizados nesse sentido. Nós precisamos mudar a questão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que hoje capta recursos apenas de 10% das outorgas, o que dá um volume em torno de 500 mil reais; são recursos muito pequenos para fazer frente à degradação dos corpos hídricos do estado. Esses 15 milhões poderiam ser utilizados para financiar vários programas e ações da comunidade civil, como é feito em São Paulo. E o que tem feito São Paulo de diferente e melhor que o estado de Mato Grosso do Sul com relação à proteção dos seus recursos hídricos? Eles utilizam o seu fundo estadual e sua regulamentação, colocam todas as compensações hídricas, da utilização da água, num fundo, e esse fundo financia várias ações, inclusive financia aquelas pessoas que têm utilizado e preservado os corpos hídricos das suas propriedades. Esses recursos podem retornar à sociedade com ações de preservação de minas, de recuperação de áreas degradadas; mas são recursos finitos e dependem do investimento. No tocante à preservação, o produtor rural hoje muitas vezes tem dificuldade, porque é um investimento que precisa sair do seu bolso, e é caro.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Com certeza, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, primeiramente quero parabenizá-lo porque o tema que traz Vossa Excelência é de suma importância, pois se trata da vida, e sem água não há vida. Eu estava conversando com a deputada Lia... Em 1940, Vossa Excelência que é da região é testemunha disso, foi feita a colônia agrícola de Dourados. Doze mil lotes de 30 hectares, são 360 mil hectares de terra que foi fatiada e distribuída para a população. Deveria já haver uma legislação determinando a proteção das nascentes. Mas não. Então todo córrego existente hoje dentro da colônia agrícola — e só estou citando um exemplo — estão assoreados e as nascentes morrendo, como Vossa Excelência está colocando na sua fala. Por qual motivo? Quem tem recurso financeiro, e pensa na vida, está fazendo a proteção das suas nascentes, porque tem recurso. Então, na colônia agrícola, como que um sitiante que muitas vezes não tem recurso sequer para comer vai investir e plantar árvore para proteger a nascente, que já está toda assoreada? Mas há vários e vários exemplos... Em Minas Gerais, por exemplo, ecologistas trinta anos atrás já previam isso. Lá fizeram as proteções e a água aumentou, porque o que segura a nascente é a mata. Hoje Vossa Excelência passa na colônia agrícola e vê a nascente assoreada e os córregos tudo areia, de fora a fora. Então é uma coisa importantíssima que Vossa Excelência traz... Mas volto a dizer, no setor produtivo, para aquelas pessoas menos capitalizadas, que não têm recurso, devia haver um programa de governo para plantar e proteger as nascentes, porque não há outra alternativa. Nós temos o Código Florestal, somos o único país no mundo em que dependendo da área a pessoa compra sua terra e tem que preservar 80%; é obrigado também a ter a mata ciliar: está tudo escrito no Código Florestal... Mas o pequeno produtor não tem condições de respeitar o Código Florestal, além disso, abaixo de 40 hectares, ele não é mais obrigado. Lá em São Paulo abriram o território inteiro, derrubaram a mata ciliar inteira, e os córregos estão todos assoreados. Mas bem, se o produtor é pequeno, ele não tem recursos e não tem outra alternativa, a não ser com um grande programa de governo, federal ou estadual, que o ajude a fazer a proteção das nascentes. Assim poderíamos chegar ao patamar referido por Vossa Excelência. Nós tínhamos mais de duas mil em 2005 e hoje temos só seiscentas. Espero ter contribuído, acrescentado algo à fala de Vossa Excelência, que se trata de um assunto importante. E água, na minha visão, é vida.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Muito importante sua explanação, deputado Zé Teixeira. É este o ponto: quem é que vai bancar essa proteção? Quem tem de bancar é o estado, que tem recursos para isso. Hoje são 15 milhões de reais que não vão para o fundo, que poderiam proteger aqueles que produzem água. O produtor de água tem que ser valorizado, tem que ter um aporte financeiro do estado para isso. Então, São Paulo, cujos rios estão assoreados porque não foram protegidos, agora está correndo atrás e pagando um preço altíssimo. Nós, que ainda temos esses recursos hídricos disponíveis, precisamos dar incentivo aos produtores. E como dar esse incentivo? Trazendo mais recursos para o fundo, que já existe. Esse fundo só tem os recursos das outorgas, e apenas 10% das outorgas. E nenhum recurso gerado pela utilização das águas para a geração de energia elétrica vai para o fundo. Se esses recursos forem, nós teremos condições de bancar o pequeno produtor, que hoje não tem condições de arcar com os custos da recuperação de nascentes e córregos, como o deputado Zé Teixeira assinalou — mas

poderia, através de um plano que possa ser executado com esses recursos. Então, nós discutimos isso no seminário, tiramos vários direcionamentos importantes nesse sentido. Nós iremos apresentar ao governo do estado um projeto que possa contemplar essas ações, mudando a regulamentação do Fundo de Recursos Hídricos. Isto é fundamental, será um passo importante nesse sentido. Outra coisa que eu quero registrar, deputado Pedro Kemp, é a questão da Sanesul de Bonito. Quando foi implantado o tratamento de esgoto em Bonito, cartão-postal do estado, havia na cidade dez mil habitantes e passavam por lá 70 mil visitantes por ano. O projeto está hoje precisando ser reformulado, porque Bonito está agora com 26 mil habitantes e recebe mais de 200 mil visitas por ano. Os números praticamente triplicaram, e o projeto não suporta mais a carga de dejetos para a qual foi desenhado. Então esse é um ponto que a comunidade de Bonito tem reivindicado, para que se possa dar de fato um tratamento adequado a todos os efluentes da cidade. Estamos encaminhando ao presidente da Sanesul vários pontos acerca dos quais precisamos ter mais informações, para que possamos, através de encaminhamentos, buscar soluções, alternativas — através de emendas parlamentares federais, através de ações conjuntas com o governo federal, com consórcios... Enfim, Bonito precisa ter todos os seus efluentes tratados, principalmente na alta temporada, para que águas dos nossos rios, principalmente o rio Cênico, se mantenham em boa preservação. Então, senhor presidente, era isso que eu tinha para falar. Quem quiser mais informações sobre os temas tratados no seminário, é só entrar nas nossas redes sociais e fazer as perguntas. Além do seminário, temos palestras e os respectivos encaminhamentos; o Seminário Estadual da Água já deu frutos, ano passado publicamos um livro registrando várias questões importantes sobre os recursos hídricos do estado. Nós temos a Carta da Água, que foi o pontapé inicial da proteção das microbacias na região de Mundo Novo, do Cone Sul, cujos rios têm-se degradado muito. Hoje a Itaipu, depois de ter acesso a todas essas informações, está investindo nas microbacias... Enfim, são ações que nós temos debatido nesta Casa, temos feito os encaminhamentos e tem dado resultado. O caminho ainda é longo, há muito que se conquistar, mas estamos fazendo os necessários debates na Casa, e apontando caminhos. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (11h22min).